

Superior Tribunal de Justiça

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 25.473 - DF (2019/0291633-0)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
IMPETRANTE : **CARLOS DE SOUZA LIBORIO BISNETO**
ADVOGADOS : **RICARDO ALEXANDRE RODRIGUES PERES - DF019992**
 LUCAS SAHÃO TURQUINO - DF032954
 RITA DE CÁSSIA GUIMARÃES JANUZZI - DF034548
IMPETRADO : **MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**
IMPETRADO : **UNIÃO**

DECISÃO

Trata-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por CARLOS DE SOUZA LIBÓRIO BISNETO contra ato do MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, consubstanciado na aplicação da pena de demissão do cargo de primeiro-secretário da carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, tendo em vista a prática das condutas previstas nos arts. 117, IX, e 132, IV, XIII, da Lei 8.112/1990.

Narra o impetrante que contra si foi instaurado processo administrativo disciplinar eivado de nulidade, em razão dos seguintes fundamentos: a) não houve nenhum tipo de comunicação, consulta ou corroboração do ato administrativo para com o poder judiciário (e-STJ fl. 15); b) cerceamento de defesa, tendo em vista vários pressupostos falsos e incontáveis vícios procedimentais que eivaram o relatório final da Comissão processante; c) ausência de correta subsunção entre os fatos e as provas que ensejaram a pena de demissão; d) violação dos princípios que regem o processo administrativo disciplinar.

Por fim, sustentando que estão presentes os requisitos de urgência, pleiteia a concessão de liminar, a fim de que seja determinada a suspensão dos efeitos do ato indicado como coator, com a sua reintegração no cargo em comento.

Passo a decidir.

Nos termos do art. 7º, III, da Lei 12.016/2009, a concessão de medida liminar em sede de mandado de segurança requer a presença, concomitante, de dois pressupostos autorizadores: a) a relevância dos argumentos da impetração; b) que o ato impugnado possa resultar a ineficácia da ordem judicial, caso seja concedida ao final, havendo o risco de dano irreparável ou de difícil reparação.

Na presente hipótese, em uma análise perfunctória dos autos, própria das tutelas de urgência, não vislumbro a presença desses requisitos.

Com efeito, os fundamentos da impetração não são aptos a configurar, de imediato, o direito perseguido, sendo certo que o pedido vindicado pressupõe a declaração de nulidade do ato de demissão, o que deve aguardar o regular processamento do feito, já que demanda a análise pormenorizada de todo o compêndio administrativo disciplinar.

Superior Tribunal de Justiça

Assim, deve prevalecer, por enquanto, a presunção de legalidade da sanção imposta.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora, a serem prestadas no prazo de 10 (dez) dias.

Notifique-se a União nos termos do art. 7º, II, da Lei 12.016/2009.

Após, vista ao Ministério Público Federal, para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA
Relator

